

## Despesas com pessoal nas Câmaras do Distrito - Castelo de Vide em 4º lugar a nível nacional



De acordo com os últimos Anuários Estatísticos Regionais, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), as despesas efectuadas, em 2005, pelos quinze municípios do distrito de Portalegre com o pessoal, cifraram-se (considerados que estão os respectivos arredondamentos) em 43 152 000 euros, valor que correspondia a 54,5% das despesas correntes. A nível distrital, o peso percentual das despesas com pessoal no total das despesas correntes tem vindo a registar uma progressiva diminuição (56,5% em 2002; 56,2% em 2003 e 54,9% em 2004). De frisar que entre 2002 e 2005, as despesas com pessoal efectuadas pelo conjunto das câmaras municipais do distrito portalegrense registaram uma variação de 20,8%, enquanto as despesas correntes apresentaram um crescimento de 25,2%.

Recorrendo aos dados respeitantes às despesas com pessoal efectuadas em 2005 e à estimativa da população residente no final do mesmo ano, constatamos que, no distrito, se cifrou em 357,87 euros a relação despesas com pessoal/habitante, um valor inferior ao registado por doze dos quinze municípios que o integram. Somente os três concelhos mais populosos (Portalegre, Elvas e Ponte de Sor) apresentavam um rácio inferior à média distrital.

### Concelhos

A análise dos dados respeitantes às despesas com pessoal efectuadas pelas 308 câmaras municipais do Continente e Regiões Autónomas, revelam a forma diferenciada como os responsáveis autárquicos tratam a gestão dos recursos humanos, uma diferenciação que se torna mais notória e adquire maior consistência se tivermos em consideração um conjunto de indicadores que contribuem para a caracterização cada um dos municípios: população residente, número de freguesias, área e densidade populacional.



A leitura dos valores absolutos referentes às despesas efectuadas entre 2002 e 2005 revela que são apenas três os

concelhos do distrito de Portalegre e cinco as situações em que as despesas com o pessoal registaram uma descida: em 2003, Elvas gastou menos dois mil euros do que em 2002 e em 2004 gastou menos 107 000 euros do que em 2003; em 2004, Arronches gastou menos 32 000 euros do que em 2003 e em 2005 continuou a reduzir a despesa, tendo gasto menos 77 000 euros do que no ano anterior; em 2005, Monforte gastou menos 43 000 euros do que em 2004. Ou seja, a característica dominante assentou no aumento das despesas com pessoal no decurso do período analisado e em todos os concelhos, traduzidas em variações (entre 2002 e 2005) pautadas por uma extrema disparidade, pois abrangem um intervalo compreendido entre os -4,1% registados por Arronches (que passou de 1 367 000 para 1 311 000 euros) e os 55,3% atingidos por Avis (que subiu de 2 183 000 para 3 391 000 euros).

Os dados revelam que não existe uma relação directa entre os montantes gastos pelos municípios em despesas com pessoal e o número de habitantes na área geográfica de cada autarquia ou, sequer, com a densidade populacional. A leitura do Quadro anexo demonstra que os casos comprovativos dessa realidade são diversos. Se, a título de exemplo, observarmos os números referentes aos concelhos de Ponte de Sor e Nisa verificamos que, apesar do primeiro contar (em 2005) com mais do dobro da população residente que o segundo (situação que já se verificava à data dos Censos 2001, quando tinham 18 140 e 8585 habitantes, respectivamente), em 2002 e 2003 o valor das despesas que a autarquia ponte-sorense efectuou com pessoal foi inferior ao montante gasto pelo município nicense. A situação alterou-se em 2004 e 2005, com Ponte de Sor a gastar mais 331 000 euros no primeiro ano e 232 000 euros no segundo.

Mas o tratamento do manancial de informação disponível, referente a 2005, permite outra leitura. Cruzando os montantes gastos em despesas com o pessoal com o número de residentes que, segundo estimativa do INE, moravam, no final desse ano, em cada concelho, verificamos que (deixando de parte os respectivos arredondamentos) Monforte gastou 744,29 euros por habitante, rácio que, neste domínio, lhe conferia o 4º lugar a nível nacional, sendo apenas suplantado pelas áreas concelhias do Corvo, Barrancos e Ourique (o único com mais população), enquanto Avis ocupava a 8ª posição (673,79 euros/habitante) e Castelo de Vide o 10º lugar (660,87 euros/habitante). Quanto aos municípios do distrito



que apresentavam os rácios mais baixos, a primazia era assumida por Elvas, com 208,12 euros/habitante, seguindo-se Ponte de Sor e Portalegre, que apresentavam, respectivamente, rácios de 243,37 e 247,35 euros/habitante.

Em 2005 cifrava-se em 174 o número de câmaras municipais (num total de 308) em que o peso das despesas com pessoal representava um valor igual ou inferior a 50% das despesas correntes, com a particularidade de entre elas se encontrarem quatro dos quinze concelhos do distrito de Portalegre: Arronches (50%), Fronteira (48,5%), Elvas (45,5) e Crato (44,3%). Apenas mais três municípios - Gavião (52,4%), Portalegre (53,4%) e Ponte de Sor (54%) - registavam valores inferiores à média distrital (54,5%).

As oscilações que o peso das despesas com pessoal têm assumido nas despesas correntes, contribuíram, como é óbvio, para o posicionamento diferenciado que cada um dos concelhos tem atingido no *ranking* nacional, estabelecido, com base nessas duas variáveis (despesas correntes e despesas com pessoal), para cada um dos quatro anos, de modo a possibilitar uma outra leitura dos dados. Dessa leitura, há duas situações que podemos realçar: enquanto Castelo de Vide tem sido o concelho do distrito de Portalegre onde o peso (percentual) das despesas com pessoal no total das despesas correntes tem sido mais significativo, a ponto de ter atingido posições cimeiras no ranking (1º em 2002; 2º em 2003 e 2004 e 4º em 2005), o Crato foi, nos últimos três anos em análise, a autarquia onde a percentagem das despesas com pessoal registou o valor mais baixo, o que lhe permitiu uma progressão positiva no ranking (201º em 2003; 205º em 2004 e 225º em 2005).

## Disfuncionamentos

O facto de haver concelhos que, apesar de contarem com mais habitantes e freguesias e uma área geo-gráfica superior, conseguirem, em termos absolutos e/ou relativos, gastar menos dinheiro com recursos humanos do que outros municípios que, além de disporem de uma área mais reduzida, contam com menor número de residentes e freguesias, faz sobressair uma realidade que suscita naturais interrogações quanto às reais necessidades dessas autarquias no que concerne ao respectivo quadro de pessoal, ao mesmo tempo que coloca algumas dúvidas quanto à eficácia de alguns métodos de gestão, independentemente da liderança político-partidária.

Se tomarmos como base de análise os dados de 2005 e o respectivo posicionamento no *ranking*, é-nos possível verificar que São João da Pesqueira, concelho que, dado o menor peso percentual das suas despesas com pessoal, ocupava o último lugar, gastou um milhão e três mil euros em recursos humanos, o que correspondia a 28,3% das despesas correntes, um valor que ganha uma importância acrescida se tivermos em consideração que se trata de um município com 14 freguesias e que em 2005 tinha 8270 habitantes (8653, segundo os Censos 2001), um índice de envelhecimento de

134,7 e uma área próxima dos 270 km<sup>2</sup>, com o rácio despesas com pessoal/habitante a cifrar-se em 121,23 euros.

Observando os dados constantes no Quadro anexo, no qual incluímos alguns concelhos vizinhos, verificamos que os números revelam manifestos disfuncionamentos, situação que não podemos dissociar do facto de haver autarquias que, dada a ausência de mão-de-obra qualificada e de outras condições capazes de atrair potenciais investidores, no sentido de instalarem unidades empresariais que criem emprego, fixem a (cada vez mais escassa) população jovem e con-tribuem para a melhoria da qualidade de vida, carregam o ónus de serem as principais entidades empregadoras nas respectivas áreas concelhias.

**Análise do Sociólogo  
José António Correia Pais**